

OPINIÃO 2

Projeção Internacional e Política Externa

DEFESA 3

Ministro reconhece dificuldades, mas destaca papel das Forças Armadas

MILITARES 3

Ministra do Planejamento não garante reajuste de militares

POLÍTICA EXTERNA 4

CREDN lamenta neutralidade do Brasil na questão Saharauí

ECONOMIA 6

Câmara de Comércio Brasil-EUA promove missão parlamentar

SEMINÁRIO MIGRAÇÃO E CIDADANIA

CREDN identifica demandas de brasileiros no exterior

ZECA RIBEIRO

A Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) realizou, no dia 30, o Seminário "Migração e Cidadania" com o objetivo de identificar as demandas dos brasileiros que residem no exterior e daqueles que retornam ao país. Segundo Eduardo Barbosa, presidente da CREDN, "o evento cumpriu com o seu propósito e vamos agora estudar como viabilizar o acesso às políticas públicas para os nossos compatriotas que vivem fora e para os chamados retornados".

O evento contou com a participação de autoridades dos ministérios das Relações Exteriores, Justiça e Previdência Social, além de especialistas no assunto e de cidadãos que residem no exterior e coordenam os conselhos das comunidades brasileiras.

O seminário "Migração e Cidadania", priorizou o debate acerca do acesso dos migrantes brasileiros, em especial os chamados "retornados" que buscam recomeçar a vida no Brasil, às políticas públicas por meio de programas como Minhas Casa, Minha Vida e Bolsa Família.

Eduardo Barbosa pretende tornar permanente a dis-



Eduardo Barbosa: é preciso garantir dignidade de vida, tanto daqueles que regressam ao país como para aqueles que estão fora e precisam ter alguma retaguarda do país de origem

cussão em torno da migração de brasileiros, as condições de vida e a assistência dada pelo país aos seus cidadãos que vivem no exterior. Para o deputado, grande parte desses brasileiros se sentem abandonados à própria sorte.

Medidas legislativas que contribuam com a melhoria da situação dos migrantes, especialmente em temas relacionados à Previdência, transferência de bens adquiridos fora do país, e a possibilidade de voto durante eleições no Brasil, deverão ser o foco principal.

Segundo ele, "é preciso garantir dignidade de vida, tanto daqueles que regres-

sam ao país como para aqueles que estão fora e precisam ter alguma retaguarda do país de origem".

Ele destacou como positiva a decisão desses migrantes de se organizarem em conselhos representativos para manter contato com o Estado brasileiro e reconheceu que o Itamaraty tem desenvolvido ações em prol desses brasileiros, mas algo ainda muito distante das demandas existentes e das queixas. Na sua avaliação, é preciso implementar uma legislação adequada com um orçamento específico para pôr fim aos problemas já identificados.

CREDN quer saber o que faz o IPEA na Venezuela

Página 4

Mara Gabrilli representará a CREDN no The Miami Project

Página 6

OPINIÃO

Projeção Internacional e Política Externa

ZECA RIBEIRO



Deputado Duarte Nogueira

Para o Brasil voltar a ter uma Política Externa que projete o país e o faça ser ouvido de forma mais marcante, será necessário um esforço para desviá-lo do trajeto em que foi colocado nos governos de Lula e Dilma Rousseff. A imagem do Brasil no cenário externo e sua participação no comércio mundial sofreram com escolhas erráticas e com a incapacidade gerencial para resolver gargalos que subtraem competitividade dos produtos brasileiros. E, além desses, há outro fator limitante para o Brasil, que é a falta de pragmatismo e excesso de ideologia na negociação de acordos comerciais para a abertura de mercados.

No atual governo de Dilma, a Política Externa brasileira tornou-se também reativa, colocando o Itamaraty ao serviço do humor matinal da presidente. Várias potências mundiais adotam, no início dos mandatos governamentais, planos de governo em relações externas com metas claras e planejamento preciso. Em nível subnacional, o estado de São Paulo é reconhecido no exterior por seu planejamento estratégico em Relações Internacionais. Mas em nível federal a espontaneidade ainda impera.

O alinhamento com países de regimes ditatoriais e que desrespeitam princípios, como a democracia e os direitos humanos, acabou por lançar certa desconfiança sobre o Brasil. E, nesse sentido, não faltam exemplos nestes últimos 11 anos: a defesa do Irã e dos

planos nucleares de Mahmoud Ahmadinejad, a abstenção do Brasil em votação da ONU que condenou as graves violações dos direitos humanos na Coreia do Norte, em 2009; o apoio de Lula ao ditador da Líbia, Muammar Khadafi, chamado pelo então presidente brasileiro de “meu amigo, meu irmão e líder”.

Outros exemplos da linha adotada pelo PT são o perdão de dívidas de países africanos governados por ditadores corruptos e a simpatia pelas ações restritivas à liberdade de imprensa adotadas em países da América do Sul.

O governo brasileiro, também por questões ideológicas, manteve-se inerte perante episódios que provocaram prejuízos bilionários ao país - a nacionalização de refinarias da Petrobras pela Bolívia, em 2006, e a saída da venezuelana PDVSA da parceria com a petroleira brasileira na construção da refinaria de Abreu e Lima, em Pernambuco, no ano passado. A obra foi um acordo verbal entre Lula e Hugo Chávez. À espera de recursos que nunca vieram da parte da Venezuela, a obra está seis anos atrasada, começou orçada em US\$ 2,5 bilhões e vai custar perto de US\$ 20 bilhões.

Há ainda a questão do Programa Mais Médicos - o governo brasileiro repassa a Cuba R\$ 10,4 mil por profissional, que recebe apenas R\$ 3 mil. A diferença vai para os cofres da ditadura dos irmãos Castro e representa por ano mais de R\$ 900 milhões.

E outras questões bastante atuais, que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional trouxe à discussão, como o silêncio do governo Dilma em relação à onda de protestos na Venezuela, num sinal de apoio ao presidente Nicolás Maduro, à indiferença em relação à crise na Crimeia, e a omissão do Brasil no caso do senador boliviano Roger Pinto, opositor do presidente Evo Morales.

Em relação à participação no mercado internacional, apesar de o Brasil ser um player importante, sobretudo no comércio de commodities, poderia exportar 30% mais, segundo estudo do Banco Mundial, se o governo federal tivesse conseguido tirar do papel as obras de infraestrutura - sempre muito anunciadas e propagadas, mas nunca entregues. Das quase 50 mil obras do PAC 2, apenas 12% foram concluídas.

O resultado dessa ineficiência é o aumento do chamado Custo Brasil, que onera produtos e serviços brasileiros, amputa a nossa competitividade e ilha o Brasil perante os mercados globais. No ranking do Banco Mundial sobre facilidade de fazer negócios, o nosso país se afunda no posto 116º em 189 países, ou o 22º lugar entre os 32 países da América Latina e Caribe. Liderando este grupo estão o Peru, Colômbia e México, países que, ao contrário do Brasil, se lançaram numa trilha reformista de forma a aumentar a sua competitividade global.

Além da questão da preca-

riedade logística, a dificuldade de acesso ao mercado externo também aumenta em virtude do crescente isolamento do Brasil e do Mercosul das negociações de acordos de livre-comércio bilaterais e de mega-acordos regionais. Nos últimos anos, o Brasil priorizou as negociações multilaterais da Rodada de Doha, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). E o resultado dessa escolha é o seguinte: nesse período, enquanto o Brasil e Mercosul concluíram apenas três negociações - com Israel, Egito e Autoridade Palestina -, 500 acordos estão em discussão no mundo.

São muitos os desafios a serem transpostos para que o Brasil amplie sua projeção internacional. Passa, sobretudo, pela necessidade de uma reformulação na política externa. O PSDB acompanha com interesse também esse assunto e entende que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional é um importante foro de discussão e análise de todas essas questões.

Duarte Nogueira é deputado federal pelo PSDB-SP e vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Ministro reconhece dificuldades, mas destaca papel das Forças Armadas

LÚCIO BERNARDO JR

O ministro da Defesa, Celso Amorim, reconheceu em audiência pública realizada na CREDN no dia 9, as dificuldades orçamentárias enfrentadas pela pasta, mas destacou que o papel das Forças Armadas quanto ao cumprimento das suas missões não será comprometido.

De acordo com o ministro, os contingenciamentos de recursos não têm impedido a implementação dos programas e projetos militares. No entanto, a redução dos recursos força a desaceleração dos mesmos. Segundo a deputada Perpétua Almeida (PCdoB-AC), dos R\$ 7 bilhões contingenciados pelo governo, metade seria de recursos da Defesa.

Celso Amorim explicou que o Brasil investe cerca de



Ministro da Defesa reconhece dificuldades mas destaca papel das Forças Armadas

1,5% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em Defesa e que o ideal seriam 2%, média investida pelos países dos BRICS. “Não temos problemas com nenhum dos nossos vizinhos e isso é muito importante, mas

o papel internacional do Brasil nos exige uma boa defesa até porque podemos vir a ser envolvidos em conflitos de terceiros”, explicou.

Debates

O deputado Emanuel Fer-

nandes (PSDB-SP) reclamou do pouco investimento no desenvolvimento de veículos lançadores de satélites. “Nossos fins são pacíficos, mas quem possui essa tecnologia senta-se à mesa de outra forma”, afirmou. Ex-presidente da CREDN, Nelson Pellegrino (PT-BA) também se disse preocupado com a situação do Programa Espacial Brasileiro, em especial, do acordo binacional Brasil – Ucrânia.

Pellegrino lembrou que em 2013, a Câmara aprovou a atualização da Estratégia Nacional de Defesa, a Política Nacional de Defesa e o Livro Branco da Defesa Nacional, instrumentos necessários para a consolidação deste tema na agenda política e de desenvolvimento do país.

Já o vice-presidente da CREDN, deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP) se disse preocupado com a situação das fronteiras do país e cobrou explicações sobre o fato de o Brasil ter se tornado o maior consumidor mundial de cocaína e crack do mundo. Segundo ele, “em uma fronteira com mais de 16 mil quilômetros, a Polícia Federal mantém 780 homens e dez delegacias”.

Segundo Carlos Zarattini (PT-SP), que preside a Frente Parlamentar da Defesa Nacional, é preciso concentrar esforços na manutenção da capacidade operacional das Forças Armadas. Preocupação semelhante foi expressada pelo deputado Cláudio Cajado (DEM-BA), que segundo ele, se a situação continuar do jeito que está, teremos um caos nas Forças Armadas.

Já o deputado Ivan Valente (PSOL-SP) está preocupado com a possível atuação das Forças Armadas na repressão aos protestos contra a Copa do Mundo de futebol. Para o deputado, “protesto não é perigo externo”.

Ministra não garante reajuste de militares das Forças Armadas

ZECA RIBEIRO

Em audiência pública conjunta com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizada no dia 29, a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, não garantiu o pagamento do reajuste de 28,86% aos militares das Forças Armadas. Segundo ela, a questão está na Justiça e a AGU entende que o pagamento somente será considerado quando houver conclusão deste processo.

O Presidente da CREDN, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), afirmou que está acompanhando todas as questões pertinentes à Defesa Nacional e questionou a ministra sobre a previsão de pagamento do reajuste de 28,86% concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que entendeu que o aumento deve ser estendido



Ministra não garante reajuste de militares das Forças Armadas

a todos os militares.

Barbosa teme o esvaziamento do quadro de alto nível das Forças Armadas, o que traria prejuízo muito grande ao nosso país. O deputado citou os salários dos médicos que, nas Forças Armadas ganham pouco mais de R\$ 3 mil, enquanto profissionais cubanos do Programa Mais Médicos percebem R\$ 10 mil.

Eduardo Barbosa também se disse preocupado com o contingenciamento de recursos da Defesa que afetam o cronograma de execução dos Projetos Estratégicos das Forças Armadas. “Para se impor na América Latina e conseguir uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, o Brasil precisa de uma infraestrutura compatível”, afirmou.

Presidente da CREDN é agraciado com a medalha da Ordem do Rio Branco

GABRIELA ORNELAS

O presidente CREDN, Eduardo Barbosa (PSDB-MG), foi agraciado no dia 30 de abril, com a medalha da Ordem do Rio Branco, concedida pelo ministério das Relações Exteriores e reafirmou o compromisso de aprofundar as relações entre a CREDN e o ministério.

“A diplomacia parlamentar chegou para ficar, não há volta atrás. O Congresso tem sua contribuição a dar e os debates que promovemos acerca dos temas internacionais também permitem ao Brasil avaliar os rumos da sua política exterior”, explicou.

O deputado ressaltou que o envolvimento da CREDN nos temas da política externa



Deputado Eduardo Barbosa

brasileira vai além da apreciação de acordos e tratados.

“Sabemos que a formulação desta política é preroga-

tiva do Executivo por meio do MRE, mas não nos furtamos à oportunidade de sugerir e, principalmente, discutir a agenda internacional do país. Há muito que este tema já não pertence mais apenas à diplomacia formada no Rio Branco”, afirmou ao destacar que empresas, prefeituras, governos de estado, movimentos sociais e ONGs, entre outros, já possuem suas próprias secretarias de Relações Internacionais.

A Ordem de Rio Branco foi instituída em fevereiro de 1963, e destina-se ao reconhecimento de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, pelos serviços prestados à diplomacia brasileira.

Barbosa recebe grevistas da IMBEL e teme por grandes eventos

O presidente da CREDN, Eduardo Barbosa (PSDB-MG), recebeu comitiva de funcionários da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL), vinculada ao ministério da Defesa e ao Comando do Exército, que estão em greve há mais de um mês. Segundo Barbosa, “a greve compromete a entrega de pistolas e fuzis para as sedes da Copa do Mundo e dos demais grandes eventos a serem realizados no Brasil”.

O deputado lamentou ainda a inexistência de uma mesa de negociações entre a empresa, funcionários e o governo federal. “É lamentável que uma companhia criada em 1808 e recentemente classificada como Empresa Estratégica de Defesa e Segurança, seja vítima de um impasse principalmente há um mês da Copa do Mundo”, afirmou o deputado, solidário com os funcionários da IMBEL.

CREDN lamenta neutralidade brasileira na questão Saharauí

ANTONIO AUGUSTO

Os deputados Alfredo Sirkis (PSB-RJ) e Eduardo Barbosa (PSDB-MG), lamentaram a neutralidade do Brasil em relação ao reconhecimento da República Saharauí. O assunto foi tema de audiência pública realizada em conjunto pelas comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN) e de Direitos Humanos, no dia 29.

De acordo com o embaixador Paulo Roberto Campos Tarrise da Fontoura, diretor do Departamento de Organismos Internacionais do ministério das Relações Exteriores, “o Brasil não reconhece a República Saharauí por entender que a solução do problema passa por um entendimento entre as partes, mas mantém diálogo permanente com a Frente Polisário, que luta pela independência do país”.

Barbosa explicou que nes-



Deputado Alfredo Sirkis

te momento, o Brasil deve atuar para garantir que a missão das Nações Unidas no Saara Ocidental vele pelo respeito aos direitos humanos. Na sua opinião, “é preciso reconhecer que o Marrocos ampliou as medidas de proteção desses direitos, mas precisa avançar ainda mais permitindo que a MINURSO atue neste campo e o Alto Comissário da ONU

para os Direitos Humanos visite a região”.

Alfredo Sirkis afirmou que a posição do Brasil em relação ao Saara Ocidental difere e muito da postura adotada em relação ao Timor Leste que após a descolonização portuguesa foi invadido pela vizinha Indonésia. “Naquele momento, o Brasil advogou pela inviolabilidade das fronteiras do período colonial”, explicou.

Durante o evento, os embaixadores do Marrocos e da Argélia defenderam seus pontos de vista, bem como representantes dos movimentos sociais solidários com o povo Saharauí. Também participaram do evento o ministro de Assuntos Exteriores Saharauí, Mohamed Salem Salek, o embaixador em Brasília, Mohamed Laarosi, e o cineasta Samir Abujamra, diretor do filme “Sahara – deserto do deserto”.

Mara Gabrilli representará a CREDN no The Miami Project

A deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), representará a CREDN no The Miami Project to Cure Paralysis, que será realizado nos Estados Unidos entre 17 e 23 de maio. O The Miami Project é o principal centro de pesquisa em lesão medular do mundo, um centro de excelência vinculado à Faculdade de Medicina da Universidade de Miami e que conta com mais de 250 cientistas, pesquisadores e clínicos.

“Recentemente, após notícias de que a atleta olímpica brasileira Laís Souza, vítima de uma lesão medular, encontra-se em tratamento em The Miami Project, fui convidada pelo presidente do Instituto para visitá-los em caráter oficial.”, explicou.

Ex-presidente da Petrobras explicará na CREDN compra de refinaria nos EUA

LÚCIO BERNARDO JR

O ex-presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, explicará na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), a compra de uma refinaria em Pasadena, nos Estados Unidos, fechada durante a sua gestão à frente da estatal. É o que prevê os requerimentos dos deputados Duarte Nogueira (PSDB-SP), Antonio Imbassahy (PSDB-BA) e Rubens Bueno (PPS-PR), aprovados na quarta-feira, 23, por 18 votos contra dois.

Os deputados Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) e Emanuel Fernandes (PSDB-SP) subscreveram os requerimentos. Além de Gabrielli, o ex-diretor internacional da empresa, Nestor Cerveró, e Alberto Feilhaber, ex-funcionário da Petrobras, também terão de prestar contas à CREDN.

De acordo com Duarte Nogueira, “o ex-presidente



Emanuel Fernandes: Precisamos saber de uma vez o custo dessa aquisição e o tamanho do prejuízo causado

da Petrobras disse publicamente que a presidente Dilma Rousseff não pode fugir de sua responsabilidade pela decisão, pois ela participou da reunião que decidiu pela compra da refinaria”.

Para Emanuel Fernandes, “cada vez que um dirigente da Petrobras fala a respeito dessa operação, em vez de

esclarecimentos, geram mais questionamentos. Precisamos saber de uma vez o custo dessa aquisição e o tamanho do prejuízo causado”, afirmou.

Na avaliação de Rubens Bueno, “tais revelações tornam-se extremamente graves na medida em que apontam para indícios de prejuízos vultuosos, da casa

do bilhão de dólares, para os cofres da Petrobras, para o erário e para a própria estabilidade econômica do país”.

Fazenda

Em outro requerimento aprovado, de autoria do deputado Claudio Cajado (DEM-BA), serão convidados o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o Advogado-Geral da União, Luís Adams, para prestarem esclarecimentos acerca dos respectivos envolvimento na elaboração da Ata da reunião do Conselho de Administração da Petrobras, que deliberou sobre a aquisição da refinaria de Pasadena.

Segundo ele, “trata-se de uma operação nebulosa que, em última instância, causou grande prejuízo à Petrobras e aos seus acionistas, colocando aquela que já foi considerada a 12ª maior empresa do mundo na atual desconfortável 120ª posição”.

Comissão aprova Moção de Solidariedade com a Ucrânia

A CREDN aprovou Moção de Solidariedade com a Ucrânia, em apoio à paz, ao fim da violência e à integridade da soberania e da unidade territorial daquele país. O texto aprovado contou com a iniciativa dos deputados Cláudio Cajado (DEM-BA) e Alfredo Sirkis (PSB-RJ).

Cajado recordou que “a crise na Ucrânia não pode e não deve passar despercebida, não apenas em razão do comércio ou do acordo espacial, mas, sobretudo, pelo fato de o Brasil abrigar hoje a maior comunidade ucraniana da América Latina, contando com mais de um milhão de pessoas, entre ucranianos e descendentes. O Brasil tam-

bém abriga a terceira maior comunidade de ucranianos e seus descendentes fora daquele país, depois dos Estados Unidos e Canadá”.

De acordo com o documento, “a CREDN defende uma solução pacífica para as tensões entre a Rússia e a Ucrânia que respeite sua soberania; condena a ocupação armada de prédios públicos; e reconhece que a Federação Russa possa ter, em relação ao contexto pós-guerra fria, preocupações, pleitos e questões históricas merecedoras de atenção sempre que apresentadas de forma pacífica sem o uso ou ameaça de uso da força”.

CREDN discutirá com a Defesa a produção de munições cluster

Por requerimento da deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF), a CREDN discutirá com o ministério da Defesa, a produção de munições clusters. De acordo com a Cruz Vermelha Internacional, as munições cluster são armas compostas por uma caixa que se abre no ar e espalha inúmeras submunições explosivas ou sub-bombas sobre uma ampla área. Dependendo do modelo, o número de submunições pode variar de várias dezenas a mais de 600. As munições cluster podem ser lançadas via aeronaves, artilharia e mísseis.

Jaqueline Roriz quer ouvir o ministro da Defesa, Celso Amorim, o professor Cristian

Ricardo Wittmann, da Universidade Federal do Pampa, especialista em temas de desarmamento, e o Embaixador Sérgio de Queiroz Duarte, Alto Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para Desarmamento.

Ela informou que em 2012, os países membros da Convenção para Armas Convencionais de 1981 discutiram a possibilidade de estender o Tratado para cobrir minas, o que poderia incluir as munições clusters, mas as negociações não avançaram. “O Brasil apoiou a restrição, mas não o banimento. Hoje, existem dois países produtores na América: Estados Unidos e Brasil”, explicou.

Espanha pede apoio da CREDN para o ingresso do país no CSNU

O embaixador da Espanha no Brasil, Manuel de La Camara Hermoso, pediu o apoio da CREDN, para o ingresso do país como membro rotativo do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) no biênio 2015-2016.

Espanha, Turquia e Nova Zelândia, disputam duas vagas e o diplomata explicou que o Brasil ainda não se decidiu. No entanto, assegurou que a maioria dos países que integram o grupo latino-americano apoiarão a Espanha.

Atualmente, a Espanha é o segundo maior investidor no Brasil e as trocas comerciais giram em torno de R\$ 22 bilhões. Além disso, o país é o 6º maior contribuinte do sistema ONU.

A última vez que a Espanha ocupou um assento rotativo no CSNU foi no biênio 2003-2004. Madri também apoiou o Brasil que participou do Conselho de Segurança entre 2010 e 2011.

Câmara de Comércio Brasil – EUA promove missão parlamentar

Com o apoio da Agência Brasileira de Promoção das Exportações (Apex), a Câmara Americana de Comércio (AMCHAM) promoveu, entre os dias 10 e 17 de maio, a Missão Mecea 2014, com a presença de delegação de deputados norte-americanos que visitarão Recife, Fortaleza, Brasília, Campinas e São Paulo. Em Brasília, foram recebidos pelos membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Na avaliação do presidente da CREDN, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), foi uma excelente oportunidade para discutirmos a adoção de uma agenda positiva entre os dois países. “Esta missão apresentou um panorama sobre o Brasil e as áreas prioritárias para investimentos e cooperação”.

A delegação foi chefiada pelo deputado Aaron Schock, do partido Republicano (Illinois). Os parlamentares dos

LÚCIO BERNARDO JR



Deputado Eduardo Barbosa

Estados Unidos se reuniram com a CREDN no dia 14 de maio, quando identificaram as prioridades da política externa brasileira e o estado das relações bilaterais.

Eles também visitaram órgãos do governo brasileiro, as sedes de empresas privadas, e tiveram reunião de trabalho com empresários brasileiros na Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Grupo de Amizade de Brasil–Argélia será recriado

O Grupo de Amizade Brasil – Argélia, instituído nos anos 90, será recriado. Foi o que informou o deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), presidente da CREDN, da Câmara dos Deputados, após audiência com o embaixador argelino Djamel-Eddine Bannaoum, no dia 9 de abril.

De acordo com o diplomata, a Argélia é o segundo parceiro econômico do Brasil na África com um volume de US\$ 5 bilhões e a primeira no mundo árabe. Bannaoum lembrou que o Grupo de Amizade foi relançado em 2011 pela então deputada Ana Arraes, hoje ministra do Tribunal de Contas da União (TCU).

Segundo Barbosa, “esses grupos são fundamentais para o fortalecimento da diplomacia parlamentar e o incremento das relações bilaterais. A Argélia possui um histórico de boas relações com o Brasil e devemos trabalhar para fomentar ainda mais esta aproximação”.

CREDN debate situação da Estação Comandante Ferraz na Antártica

A CREDN discutiu em audiência pública a atual situação da Estação Comandante Ferraz na Antártica, destruída após o incêndio ocorrido em 2012, os projetos que estão sendo desenvolvidos, e a construção da nova estação. O evento atendeu a requerimento do deputado Rubens Bueno (PPS-PR).

Participaram do evento, o Contra-almirante Marcos Silva Rodrigues, Coordenador do Programa Antártico Brasileiro (Proantar), da Marinha, e Andrei Polejack,

Coordenador-Geral Substituto para Mar e Antártica do ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A Estação Antártica Comandante Ferraz deveria ser reinaugurada em 2015, mas esta data foi postergada para 2016. Segundo Bueno, “o custo, naturalmente, também sofreu acréscimos, passando dos iniciais R\$ 72 milhões, no início de 2013, para R\$ 110 milhões, em outubro quando o projeto executivo foi finalizado, e chegando agora aos R\$ 145 milhões”.

CREDN quer saber o que faz o IPEA na Venezuela

O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Sergei Soares, e o chefe da autarquia na Venezuela, Pedro Silva Barros, participarão de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), no dia 21 de maio, para explicarem o que faz o IPEA naquele país. Requerimento do deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP) com este objetivo foi aprovado no dia 23.

Nogueira lembrou que esta é a única filial do IPEA fora do Brasil e que, desde

2010, nenhum estudo sobre a economia venezuelana foi produzido apesar de a inflação chegar aos 56%, o país enfrentar uma das maiores crises de desabastecimentos de produtos básicos, e os venezuelanos lidarem com um câmbio descontrolado.

“Além disso, o representante do IPEA em Caracas, um técnico de planejamento e pesquisa, recebe US\$ 12 mil mensais e ocupa uma salinha na sede da Caixa Econômica Federal que também mantém representação na Venezuela”, afirmou.